

Que pena que o general Charles de Gaulle, o estadista francês, não tenha vivido o suficiente para ver quão acertada foi a frase que lhe atribuem sobre o Brasil: "O Brasil não é um país sério".

O que está acontecendo no Congresso constituinte (desde o princípio, mas com mais intensidade nos últimos dias) seria engraçado se não estivesse em jogo algo tão sério como o ordenamento institucional do país.

Ontem, por exemplo, chegou-se ao extremo de o grupo parlamentarista fechar sua proposta sobre o sistema de governo deixando em aberto (ou melhor, preenchendo com reticências) o espaço reservado para dizer qual será a duração do mandato do presidente José Sarney.

Como há parlamentaristas que defendem quatro anos, outros que querem cinco e até os que ameaçam com seis anos, o grupo decidiu não decidir, atitude, aliás, que começa a ficar monótona, de tanto se repetir.

Agora, cabe ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, apor o número de anos que deseja para Sarney. Ou

~~SORRISO BRASILENSE~~

Seja, uma só pessoa vai cravar o seu palpite em torno do tema político de fundo em torno do qual girou, de fato, o trabalho de 559 constituintes.

E claro que o palpite de Cabral passará pelo crivo da Sistematização, primeiro, e do plenário do Congresso constituinte, depois, mas já é notável que se chegue a esse grau de indefinição. Até porque não é a única: a proposta dos parlamentaristas também não define claramente como se fará a passagem do presidencialismo para o parlamentarismo, nos doze meses do período de transição sugerido.

Se se somar a isso o fato de que o parlamentarismo à prestação também é uma fórmula esdrúxula de escapar pela tangente, chega-se à conclusão de que o general de Gaulle foi um grande brasileiro, capaz de, com um só frase, dizer mais do que todos os livros de seus colegas, que gastaram anos estudando este país tropical.

Clóvis Rossi

A República de curto prazo

Durante café da manhã, ontem, com vários de seus ministros, o presidente José Sarney formalizou a operação de guerra contra o parlamentarismo. O jogo é, de fato, duro: pelos bastidores, auxiliares presidenciais indicam uma "inevitável" reforma ministerial. E, como de costume, acena-se com o prestígio do "Diário Oficial", capaz de ajudar amigos e prejudicar inimigos.

Não é exatamente prioridade a formulação de um regime estável, imune à crueldade do autoritarismo e à ignorância do populismo —excluem-se, claro, exceções do tipo Afonso Arinos. A tendência majoritária, entretanto, está envolvida num complexo jogo de interesses e mesquinhas. Diga-se, entretanto, que pelo menos a posição de Sarney é cristalina: não quer perder fatias do poder. O que, dentro da lógica do poder, é natural —fosse ele rei, lutaria com o mesmo empenho contra os republicanos.

Entre os parlamentaristas há de tudo: desde os que acreditam sinceramente na proposta como solução de estabilidade, até os que, inconformados com o mandato de cinco anos, vêem num futuro primeiro-ministro um mecanismo de diminuir a força do presidente. Não falta quem sonhe com um

Brasília

parlamentarismo com o "Diário Oficial" democratizado.

Independente de o presidencialismo ser, notoriamente, uma experiência fracassada no país —cada sucessão é uma crise, desde o começo da República— existem alguns ingredientes que tornam a discussão sobre o regime de gabinete delicada. Não há, até agora, entre os parlamentaristas, um projeto de reforma administrativa, de criação de uma burocracia sólida.

E, aí, está um ponto vital: sem um serviço público competente, não há regime que, de fato, preste. Não é à toa que, segundo o IBGE, cresce a incidência de paralisia infantil. E mais: cresce também a concentração de renda. Os programas sociais estão em frangalhos, os ministérios desarticulados. Existe, a rigor, apenas um projeto de curto prazo para debelar a inflação, aumentar os saldos comerciais, sofrivelmente bem-sucedidos. Aliás, o próprio ministro que administra o "curto prazo" não sabe se seu tempo de duração no governo também é de curto prazo.

Gilberto Dimenstein

Equação de uma crise

Um parlamentarismo executado por anti-parlamentaristas é a equação de uma crise. A experiência de 1961 confirmou o que se poderia saber de antemão e fora delineado no próprio discurso de posse, quando João Goulart, com bons motivos ocasionais, fez as ressalvas ao sistema que lhe fora imposto. Um parlamentarismo idêntico e, ainda por cima, de implantação demorada está congenitamente destinado ao malogro, pela conspiração interna.

Fala-se em negociações; mas, a rigor, não há o que negociar sobre isso. O presidente da República, assim como qualquer pessoa, pode ter suas opiniões pessoais e agir a favor delas, mas no estrito limite em que isso não se confunda com exorbitância e abuso. A Lei Básica a ser promulgada, ainda em data incerta e com texto não sabido, não é matéria para acordo entre dois poderes igualmente constituintes, um no Planalto e o outro no monumental conjunto que cresceu em cimento, à medida que o Congresso foi sendo reduzido em substância e representatividade. Não se trata de querer um confronto; apenas de recusar o que está sendo desenvolvido pelo governo, animado por um grupo de políticos e militares.

Nessa crise, a Constituinte tem grande parte, e responsabilidades intransferíveis. Sua demora em fixar um texto base e a

Rio de Janeiro

sistemática dispersiva e divagante dos trabalhos produziu os efeitos naturais. Ela se desgastou e o governo que, desde o começo jogara com tal expectativa, aguardou o momento propício para desfechar sua ofensiva, depois de ter patrocinado as manobras de adiamento —das quais a criação da Comissão Arinos e a negativa em definir o mandato são apenas dois exemplos—, passou a interferir às escâncaras. Quando Sarney atreveu-se a fixar seu prazo de permanência e nem a Mesa da Assembléia, nem o plenário, reagiram, alargou-se o caminho da intervenção. Ao contrário da maior parte dos constituintes, o presidente sabe o que quer: deseja ficar o maior tempo possível, com seus paisanos e oficiais, e ao mais guloso deles acena com a legalização de um poder que vai tomando no grito.

Desgastada e sob ameaça, a Constituinte, nessa questão de sistema de governo só tem um caminho democrático para pôr-se a salvo de manobras de gabinete e ameaças de resposteiro: submeter o assunto a um plebiscito reconhecendo, ao menos por necessidade, que todo poder emana do povo ou dele pelo menos deverá provir.

Newton Rodrigues